

## Modalidade deôntica e discurso midiático Deontic modality and media discourse

Nadja Paulino Pessoa Prata\*  
Márcia Teixeira Nogueira\*\*

---

**RESUMO:** Este trabalho objetiva analisar a manifestação da modalidade deôntica no discurso midiático, buscando integrar os aspectos contextuais, pragmáticos, semânticos e morfossintáticos. Com o suporte teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), fazemos uma análise integrada da manifestação de variáveis relativas ao contexto, bem como à formulação e à codificação dessa categoria. Utilizamos uma amostra do *corpus* REDIP, desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC). Entre outros resultados, a análise nos revela o predomínio da instauração de valores deônticos na mídia televisiva, no agrupamento temático denominado “opinião”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Funcionalismo. Gramática Discursivo-Funcional. Modalidade Deôntica. Discurso Midiático. Língua Portuguesa.

**ABSTRACT:** This work aims at analyzing the deontic modality in the media discourse, seeking to integrate the contextual, pragmatic, semantic and morphosyntactic aspects. With the theoretical support of the Discourse Functional Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), we make an integrated analysis of the manifestation of variables related to the context, as well as to the formulation and codification of this category. We used a sample of the REDIP corpus, developed by the Institute of Theoretical and Computational Linguistics (ILTEC). Among other results, the analysis reveals the predominance of deontic values in the television media, in the thematic grouping called "opinion".

**KEYWORDS:** Functionalism. Functional Discourse Grammar. Deontic Modality. Media Discourse. Portuguese.

---

### 1. Introdução

A categoria modalidade, compreendida como a “gramaticalização das atitudes e opiniões (subjetivas) do falante”<sup>1</sup>, tem sido objeto de estudo dos mais variados enfoques teóricos ao longo do tempo, o que lhe confere caráter multidisciplinar. Entretanto, no que concerne à inter-relação entre essa categoria e a construção discursiva, é necessário realizar mais estudos, tendo em vista a multifuncionalidade dos modalizadores, que, além de

---

\*Professora dra. do Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade Federal do Ceará (DLE/UFC) – Unidade de Espanhol. Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UFC).

\*\*Professora dra. do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará (DLV/UFC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UFC).

<sup>1</sup> PALMER (1986, p. 16 – Tradução nossa).

manifestarem um posicionamento dos enunciadores, podem também ser considerados articuladores metadiscursivos<sup>2</sup>. Em outras palavras, esses elementos servem não apenas para introjetar o enunciador no seu enunciado, o que constituiria um dos modos de fazer o texto progredir, como também são responsáveis pelo encadeamento do texto, como esclarece Koch (2006).

No que diz respeito ao discurso midiático, nosso interesse está relacionado ao papel que ele desempenha na sociedade: informar e “normatizar” as condutas sociais dos cidadãos, já que a televisão, por exemplo, sob o ponto de vista da mídia, é o maior veículo de comunicação do país, atingindo 99,6 % dos lares, segundo Cardoso (2006). Além disso, vale ressaltar que os meios rádio e televisão consegue atingir um público maior que o jornal impresso, pois alcançam, em grande parte, um público com pouco ou nenhum nível de letramento.

Em relação à constituição deste trabalho, ele está organizado em três tópicos, que versam sobre (i) a modalidade deôntica e, em particular, o seu tratamento na GDF, (ii) a metodologia da investigação da modalidade deôntica na construção do discurso midiático em língua portuguesa; e, por último, (iii) a análise e discussão dos dados.

## 2. Modalidade deôntica: aspectos conceituais

Em Lyons (1977), temos as seguintes características gerais da categoria modalidade deôntica: a) a sentença deonticamente modalizada não descreve um ato em si mesmo, mas um Estado-de-coisas que será obtido, caso o ato seja realizado, em algum tempo/mundo futuro; b) há uma relação intrínseca entre modalidade deôntica e a noção de *futuridade*; c) nessa categoria de modalidade, há o (re)conhecimento de uma *fonte* que instaura ou cria um valor deôntico que recai sobre um *alvo*, pessoa ou instituição à qual está dirigido tal valor deôntico instaurado.

Bastos et al. (2007) consideram que esse tipo de modalidade é um dos domínios de avaliação modal, ou seja, a perspectiva a partir da qual a avaliação é executada. Assim, a modalidade deôntica concerne ao que é permitido legalmente, socialmente e moralmente. Para Palmer (1986), a modalidade deôntica é caracterizada como “contendo um elemento de desejo”, estando, pois, relacionada às ações realizadas pelo próprio falante ou por outros. Essa característica também é pontuada por Heine (1995, p. 29), ao tentar estabelecer as propriedades conceptuais que distinguem a modalidade epistêmica da modalidade deôntica, quais sejam: (i)

---

<sup>2</sup> Cf. Nogueira (2011).

uma *força*, um “elemento de desejo”; (ii) um evento *dinâmico* (ainda sem uma referência temporal), realizado por algum *agente* controlador; (iii) um evento *não-factual*.

Em relação à fonte e ao alvo modais, Verstraete (2005) faz uma distinção importante: a de fonte modal, autoridade que concede uma permissão ou impõe uma obrigação, e a de agente modal, pessoa da qual se espera a condução da ação. Essa distinção é importante quando se leva em consideração a modalidade epistêmica, pois esta não tem agente modal. Tal distinção também é importante quando se analisam os valores de permissão e obrigação, uma vez que a diferença entre esses valores está na disposição do agente modal. Para o autor, a permissão codifica uma baixa atitude da fonte modal, bem como pressupõe a disposição do agente para conduzir a ação; enquanto que a obrigação codifica uma forte atitude da fonte modal, e pressupõe a não-disposição do agente.

No que tange aos modos de expressão da modalidade deôntica, as línguas naturais dispõem de vários meios morfológicos, lexicais, sintáticos ou prosódicos, que podem manifestar-se cumulativamente. De qualquer modo, seja qual for seu meio de expressão, vale ressaltar que a categoria modalidade constitui um recurso ao qual recorreremos a fim de fornecermos indícios acerca de nossas opiniões, crenças, desejos, bem como o grau do comprometimento com o que se dizemos.

Numa abordagem de descrição e análise linguística funcionalista, interessa relacionar o uso dos modalizadores deônticos ao exercício da *competência comunicativa*, ou seja, importa analisar a instauração de valores modais pelos usuários da língua, que se comunicam efetivamente, numa atividade cooperativa regida por normas, regras linguísticas e pragmáticas (DIK, 1997). Tal abordagem pressupõe que eles sejam capazes de adequar-se às diversas situações, fazendo uso das expressões de modo apropriado, segundo as convenções da interação verbal da comunidade na qual estão inseridos. Isto significa assumir o postulado da não-autonomia da língua.

A Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), uma das vertentes do chamado *funcionalismo holandês*, constitui uma expansão da Gramática Funcional, Simon Dik (1997). Nesse modelo, considera-se que a geração de estruturas profundas, bem como a interface entre os vários níveis, pode ser descrita em termos de decisões que o falante faz ao construir seu enunciado. Trata-se, portanto, de um modelo teórico com estratificação descendente (*top-down*), cuja característica mais saliente é, a partir de evidências psicolinguísticas atinentes à produção do discurso, considerar que, no Componente Gramatical

(integrado a um modelo da interação verbal, que também inclui os componentes Conceitual, Contextual e de Saída), as decisões relativas à operação de Formulação, nos níveis Interpessoal (Pragmático) e Representacional (Semântico), restringem às decisões relativas à operação de Codificação, nos níveis Morfossintático e Fonológico.

O tratamento dado à categoria modalidade na Gramática Discursivo-Funcional (GDF), caracteriza-se por distinguir dois parâmetros: o alvo de avaliação - parte do enunciado que é modalizado; e o domínio de avaliação, perspectiva a partir da qual é executada a avaliação. Com relação ao primeiro parâmetro, Hengeveld e Mackenzie (2008) distinguem a modalidade *orientada-para-o-participante*, a modalidade *orientada-para-o-evento* e a modalidade *orientada-para-a-proposição*. Quanto ao domínio de avaliação modal, os autores propõem a existência dos seguintes tipos modais: a modalidade *facultativa*, relacionada com as capacidades intrínsecas ou adquiridas; a *deôntica*, atinente ao que é legal, social e moralmente permitido; a *volitiva*, associada ao que é desejável; a *epistêmica*, relacionada com o que é conhecido sobre o mundo real; e a *evidencial*, concernente à fonte da informação contida na sentença.

Interessa-nos, particularmente, a modalidade deôntica, que pode ser *orientada-para-o-participante*, quando concerne à relação entre (propriedades de) um participante em um evento e a realização potencial desse evento; e *orientada-para-o-evento*, quando afeta a descrição do evento contido dentro da elocução, isto é, a parte descritiva de uma elocução, e concerne ao acesso objetivo do estatuto de realidade do evento. Nas seções a seguir, detalharemos alguns aspectos contextuais, interpessoais, representacionais e morfossintáticos associados à manifestação da modalidade deôntica no discurso midiático.

### 3. Metodologia da investigação

#### 3.1. Seleção, delimitação e constituição da amostra

Os objetivos por nós estabelecidos, bem como a opção por uma orientação funcionalista de análise, levam-nos a trabalhar com ocorrências reais da língua, de modo a descrever e explicar o uso de modalizadores deônticos na construção discursiva midiática. Vale salientar que a descrição de um *corpus* nos permite discutir questões teóricas com base no que ocorre realmente em uma dada língua, como o português. Tendo em vista essas considerações iniciais, recorreremos ao *corpus* “Rede de Difusão Internacional do Português: rádio, televisão e

imprensa” - REDIP<sup>3</sup>, que foi desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), situado em Portugal. O REDIP está composto por amostras de português *européu*, nas modalidades oral e escrita, difundido em três meios de comunicação social: rádio, televisão e imprensa. As amostras de cada meio de difusão encontram-se divididas em seis temas, a saber: “economia”, “atualidade” (noticiários), “opinião”, “ciência”, “desporto” e “cultura”, o que totaliza 324.000 palavras, conforme Ramilo e Freitas (2002).

A extensão do *corpus* REDIP e os procedimentos de consulta nos impedem de utilizá-lo na íntegra<sup>4</sup>, o que nos impõe uma delimitação, realizada conforme a proposta encontrada em Sardinha (2000), que apresenta os valores mínimos de palavras para que um *corpus* especializado seja representativo de sete categorias morfosintáticas. Com base nisso e tendo em vista os meios de expressão da modalidade deôntica, percebemos que a delimitação da nossa amostra poderia ser feita levando-se em consideração a classe morfosintática do advérbio, pois é a que necessitaria de uma maior quantidade de palavras.

Em relação aos temas em que se encontram categorizados os programas, utilizamos amostras relacionadas aos temas “cultura”, “desporto”, “economia” e “opinião”. Por fim, levando em consideração (i) a quantidade mínima de palavras, (ii) o meio de difusão e (iii) o tema dos programas, apresentamos o Quadro 1, que especifica a amostra utilizada na nossa pesquisa:

Quadro 1 – Quantidade de palavras do *corpus* em relação ao meio de difusão e ao tema.

<b>Corpus REDIP 2</b>	TELEVISÃO	RÁDIO
Cultura	9.000	9.000
Desporto	9.000	9.000
Economia	9.000	9.000
Opinião	9.000	9.000
<b>Totais</b>	<b>36.000</b>	<b>36.000</b>

Fonte: elaborado pelas autoras.

Consideramos o meio de difusão e o tema que estratificam a amostra como aspectos contextuais que interagem com os demais componentes no modelo global de interação verbal

<sup>3</sup> O REDIP está disponível no *site* do ILTEC: <http://www.iltec.pt/?action=concord>. Em relação aos aspectos formais da língua, mantivemos na íntegra a transcrição original.

<sup>4</sup> Tendo em vista (i) a grande extensão do *corpus* original (324.000 palavras), (ii) a ferramenta de busca disponível no site, que é o SimpleConcord, o qual extrai informações somente da parte oral do *corpus*, isto é os programas de rádio e televisão, (iii) a proposta de *corpus* representativo (amostra) com base na classe morfosintática da categoria modalidade deôntica menos frequente, e (iv) o uso de dados estatísticos do SPSS, pudemos trabalhar com a quantidade de 36.000 palavras.

proposto pela GDF, e que podem influenciar os valores e meios de expressão da modalidade deôntica.

### 3.2. Procedimentos metodológicos de análise

Procedemos à análise da categoria modalidade deôntica em duas etapas:

- 1) Identificação dos modalizadores deônticos na amostra do *corpus* REDIP.
- 2) Codificação das ocorrências, a partir da sua classificação segundo as variáveis estabelecidas no programa SPSS<sup>5</sup>, a partir do qual obtivemos os dados quantitativos. As variáveis são:

Quadro 2 – Variáveis de análise dos dados.

Aspectos contextuais	Aspectos pragmáticos	Aspectos semânticos	Aspectos morfossintáticos
(i) meio de difusão: rádio, televisão.  (ii) tema do programa: cultura, desporto, economia, opinião.	(i) posição do enunciador/falante em relação ao alvo do valor deôntico instaurado: inclusão e não-inclusão  (ii) tipo de ilocução: declarativa, interrogativa, imperativa, exclamativa, exortativa.	(i) Macrovalor deôntico: obrigação, permissão, proibição.  (ii) Fonte deôntica: enunciador (falante), terceiro-reportado (instituição, indivíduo ou não-especificada), inexistente.  (iii) Alvo deôntico: enunciador (falante), domínio comum, coenunciador; terceira pessoa (instituição, indivíduo), terceiro-ausente.	(i) Formas de expressão: auxiliar modal, adjetivo, verbo pleno, substantivo, advérbio e construção modalizadora.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Cada uma dessas variáveis encontra-se detalhada na discussão e análise dos resultados que fazemos na próxima seção.

<sup>5</sup> Para verificar o grau de relação entre variáveis, usamos o teste *qui-quadrado*. Segundo Guy e Gilles (2007), este teste fornece valores padronizados de referências que podem ser comparados com distribuições conhecidas para avaliar a probabilidade (valor de p) de que os dados observados provêm de tal distribuição. Se o valor de p, obtido no *qui-quadrado*, é pequeno, isso significa que os resultados são considerados significativos estatisticamente. Em geral, o valor de referência (p) é o de 0,05.

## 4. Resultados: análise e discussão

### 4.1. Aspectos contextuais relativos à modalidade deôntica no discurso midiático

Após a codificação de cada uma das 536 ocorrências de modalizadores deônticos em relação às variáveis<sup>6</sup>, percebemos que a mídia televisiva apresenta, em termos de frequência, um maior uso desses elementos, com 301 casos, o que percentualmente representa 56,2% do total, enquanto que 43,8% estavam na mídia radiofônica, ou seja, 235 ocorrências (*tokens*). Os resultados em cada mídia revelam uma frequência mais alta de uso de modalizadores na mídia televisiva, o que poderia ser explicado pelo fato de que, na televisão, o falante dispõe dos recursos gestuais e paralinguísticos (entonação) que podem mitigar os valores deônticos instaurados, o que não é possível no rádio, já que esse meio não faz uso de recursos visuais. Pode ser, então, que a relação entre a frequência de uso de modalizadores deônticos seja diretamente proporcional à quantidade de recursos de que o falante dispõe na interação verbal.<sup>7</sup>

A fim de verificar em que medida esse aspecto contextual se relaciona com as demais variáveis, procedemos ao cruzamento desse parâmetro com as variáveis: (i) posicionamento; (ii) tipo de locução; (iii) macrovalor; (iv) tipo de força; (v) fonte; (vi) alvo e (vii) formas de expressão<sup>8</sup>. De todas essas variáveis, ao que parece, somente as formas de expressão têm alguma relação com o tipo de meio considerado. Constatamos que, quando o meio é a televisão, há uma tendência de manifestar-se a modalidade deôntica por auxiliares modais, verbos, adjetivos e construções modalizadoras. Por outro lado, os substantivos e os advérbios se relacionam mais com o meio rádio. Isso pode ser explicado pelo fato de que existem comportamentos linguísticos típicos desse meio, como explica Prado (1989), ao falar sobre linguagem radiofônica. De um modo geral, há, nos manuais de redação jornalística, uma recomendação para que se evitem os adjetivos, por exemplo, na construção de enunciados a serem difundidos nessa mídia. É o que se observa na Tabela 1, já que os adjetivos são, de fato, os meios menos usados.

---

<sup>6</sup> Ao final, após a delimitação da amostra, realizamos 6968 análises dos dados válidos, tendo em vista as 13 variáveis.

<sup>7</sup> Cf. Pessoa-Prata. (2012/2013).

<sup>8</sup> Todos os cruzamentos apresentam o *qui-quadrado* superior a 0,14, com exceção das formas de expressão, que apresentou 0,001.

Tabela 1 – Cruzamento “Formas de expressão” e “Meio de difusão” no discurso midiático.

			Formas de expressão					Total	
			auxiliar modal	verbo	adjetivo	substantivo	advérbio		construções modalizadoras
Meio de difusão	rádio	No.	171	22	17	22	2	1	235
		% Formas de expressão	42,1%	46,8%	37,0%	78,6%	100,0%	14,3%	43,8%
	televisão	No.	235	25	29	6		6	301
		% Formas de expressão	57,9%	53,2%	63,0%	21,4%		85,7%	56,2%
Total		No.	406	47	46	28	2	7	536
		% Formas de expressão	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: extraída do SPSS com base nas análises das autoras.

No discurso midiático analisado, buscamos, ainda, verificar a tendência de uso de modalizadores deônticos tendo em vista o tema dos programas, já que a amostra foi organizada por unidades temáticas tanto no rádio quanto na televisão. Percebemos que o tema “opinião” foi o que apresentou maior frequência de uso dessas expressões linguísticas (185/536).

Sendo o tema “opinião” predominante no contexto de uso dos modalizadores deônticos, a divergência entre os resultados se deu em relação aos demais temas: “cultura” (103/36), “economia” (116/536) e “desporto” (132/536). Observamos, ainda, que todos os temas apresentaram o mesmo comportamento no que se refere à frequência dos valores deônticos instaurados: obrigação > permissão > proibição. Se o valor mais usual é a obrigação, isto nos levaria a dizer que o discurso midiático pode ser caracterizado como um discurso autoritário (ORLANDI, 1996). Cumpre, no entanto, dizer que esse resultado específico não é suficiente para a caracterização geral do discurso midiático como autoritário, sobretudo porque esta pesquisa se voltou, especificamente, para a manifestação da modalidade deôntica, que tipicamente qualifica o enunciado quanto a obrigações, em termos do que é devido, necessário na conduta dos indivíduos.

A seguir, estabelecemos uma escala de frequência de uso dos modalizadores deônticos nos quatro temas da amostra de discurso midiático, tendo em vista as duas mídias.

Figura 1 – Escala de frequência dos modalizadores deônticos por tema no discurso midiático.



Fonte: elaborada pelas autoras.



A fim de verificar em que medida o parâmetro contextual do tema se relaciona com as demais variáveis, fizemos um cruzamento desse parâmetro com as seguintes variáveis: (i) posicionamento; (ii) tipo de ilocução; (iii) macrovalor deôntico; (iv) tipo de força; (v) fonte; (vi) alvo e (vii) formas de expressão. Destas, a única que parece não ter relação significativa com o tema é o posicionamento do enunciador em relação ao valor deôntico instaurado. Na análise de todas as outras variáveis, constatamos que o tema parece influenciá-las. Vale mencionar que, no que tange às formas, a influência do meio de difusão se apresentou maior do que a do tema, o que significa dizer que o uso das formas é mais influenciado pelo meio de difusão do que pelo tema.

Com relação aos demais fatores, comprovamos que:

- a) O tema “opinião” relaciona-se mais estreitamente aos tipos de ilocução declarativa e interrogativa; enquanto o tema “desporto” vincula-se mais, em termos percentuais, ao tipo de ilocução imperativa; e o tema “economia”, ao tipo de ilocução exortativa.
- b) O tema “opinião” está mais relacionado à instauração de obrigações e de proibições, nessa ordem; enquanto o tema “economia” aparece mais ligado à instauração de permissões.
- c) O tema “opinião” relaciona-se, de modo significativo, à instauração de valores baseados em forças internas ao indivíduo (ditadas pela consciência); enquanto o tema “economia” relaciona-se mais à instauração de valores baseados em forças externas (imposições ou circunstâncias externas).
- d) O tema “opinião” está mais associado aos tipos de fonte “enunciador”, “instituição” e “indivíduo”; enquanto o tema “cultura” tende a ligar-se ao tipo de fonte “não-especificada”. Em igual proporção, os temas “opinião” e “economia” associam-se ao tipo de fonte “inexistente”.
- e) O tema “opinião” está mais associado ao uso dos alvos “terceiro-ausente”, “domínio comum” e “indivíduo”; enquanto o tema “desporto” tende a relacionar-se com os alvos “instituição” e “coenunciador”; e o tema “cultura” apresenta relação mais estreita com o alvo “enunciador”.
- f) O tema “opinião” está ligado ao uso de quatro formas de expressão da modalidade, excetuando-se o verbo e o advérbio, meios identificados no contexto do tema “desporto”.

Findas essas considerações sobre os aspectos contextuais, passaremos à próxima seção, na qual trataremos dos aspectos pragmáticos relativos ao uso da modalidade deôntica no discurso midiático.

## 4.2. Aspectos pragmáticos da modalidade deôntica no discurso midiático

### 4.2.1. Posição do enunciador em relação ao alvo do valor deôntico no discurso midiático

Para a análise da posição do enunciador em relação à sua inclusão ou não como alvo do valor deôntico instaurado, realizamos as análises das ocorrências, tendo em vista a construção discursiva, independente do meio de difusão.

Constatamos que, em 75% (402/536) dos casos, preferiu-se um posicionamento não inclusivo. Em apenas 25% (134/536) das ocorrências, percebemos um posicionamento inclusivo, o que já era esperado, pois, em geral, em entrevistas direcionadas a um determinado tema, os participantes versam sobre terceiros e não sobre si próprios.

As ocorrências (1) e (2), a seguir, ilustram, respectivamente, os tipos inclusivo e não-inclusivo de posicionamento do enunciador.

- (01) para a grande maioria de todos nós provavelmente continuaremos a utilizar a designação em escudos. já é importante, isso sim, que as pessoas se comecem a aperceber do valor do euro, meramente porque todos nós temos uma ideia em mente quando vamos à loja comprar um quilo de qualquer coisa ou tomamos um café, eh, sabemos quanto é que é o preço em escudos, **temos que... que** começar a adaptar mentalmente a quanto é que isso vai ser em euros. (Rádio - Euro - Economia)
- (02) e eu recordo que por exemplo nos estados unidos há certos estados onde existe legislação segundo a qual é **obrigatório** denunciar a chegada dum pedófilo, mesmo que ele já tenha cumprido a sua pena, eh, que já tenha sido condenado e cumprido a sua pena, à vizinhança (Televisão – Maria Elisa – Opinião)

Em (1), o falante (fonte enunciador), ao utilizar o modal “ter que”, instaura uma forte obrigação sobre todos os portugueses, incluindo a si mesmo. Tal posicionamento vem marcado pelo uso da primeira pessoa do plural na conjugação do auxiliar modal em destaque, bem como pela expressão que aparece no início da fala: “a grande maioria de todos nós”. A inclusão do enunciador no alvo do valor deôntico é intensificada pelo pronome indefinido “todos”, o que cria a ideia de conjunto, de nação, que compartilha a mesma situação econômica: criação e implantação do Euro em Portugal. Por seu turno, em (2), percebemos um posicionamento não-inclusivo, pois o falante relata, ao fazer uso da recordação de uma legislação nos Estados Unidos, a obrigação de denunciar a chegada de um pedófilo. Tal posicionamento também aparece marcado pelo uso de um adjetivo em função predicativa, em que não se especifica o

alvo da ação, sendo esta qualificação modal orientada para o evento.

Em relação ao cruzamento<sup>9</sup> das variáveis “posição do enunciador” e “tema”, constatamos que há uma “levíssima” associação entre elas. Assim, o posicionamento inclusivo aparece mais relacionado ao tema “economia”, como vemos em (1); enquanto o posicionamento não inclusivo aparece mais relacionado ao tema “opinião”, como em (2). Essa tendência pode ser explicada pelo fato de que, em economia, os participantes tratam da situação do seu país, o que os torna parte responsável também. Por outro lado, em opinião, os participantes debatem sobre as condutas de outros indivíduos em sociedade.

Cabe, ainda, dizer que a identificação por um ou outro posicionamento nem sempre é inequívoca, pois há casos que podemos considerar fronteiros, como em (3), a seguir.

- (03) a partir do momento... em que há vice-presidentes ou que há directores, eh, que pertencem a uma direcção, que se permitem ir a reuniões... como opositor a essa direcção, eu acho que minimamente esses dirigentes, eu, no lugar deles, **deveria** demitir-me. eu acho que era o que devia ter sido feito. (Rádio – Livre e Direto – Desporto)

Em (3), o falante, marcado discursivamente por elementos egodêuticos, instaura uma obrigação sobre os dirigentes, mas usa a expressão “eu, no lugar deles”, o que faz com que o verbo se flexione em relação a este sujeito e não em relação a “esses dirigentes”, parecendo que ele se inclui no valor em questão. Apesar disso, nesse caso, consideramos que o posicionamento aparentemente inclusivo concerne a uma situação hipotética e apenas serve de reforço à defesa de uma tese.

Em (3a) e (3b), paráfrases de (3), podemos ver a diferença significativa na instauração de um posicionamento inclusivo (eu deveria) e não inclusivo (esses dirigentes deveriam), respectivamente, quando retiramos um dos elementos.

- (3a) a partir do momento... em que há vice-presidentes ou que há directores, eh, que pertencem a uma direcção, que se permitem ir a reuniões... como opositor a essa direcção, **eu** acho que eu **deveria** demitir-me. eu acho que era o que devia ter sido feito. (Rádio – Livre e Direto – Desporto)

- (3b) a partir do momento... em que há vice-presidentes ou que há directores, eh, que pertencem a uma direcção, que se permitem ir a reuniões... com o opositor a essa direcção, eu acho que minimamente **esses dirigentes deveriam** demitir-se. eu acho

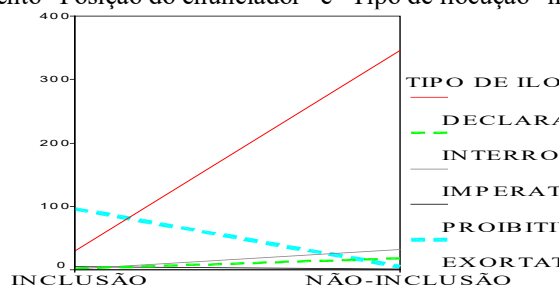
<sup>9</sup> Para esta relação o *qui-quadrado* é de 0,081, um pouco acima do valor de referência: 0,05.

que era o que devia ter sido feito. (Rádio – Livre e Direto – Desporto)

Como vemos, o falante cria uma situação hipotética, sem a menor condição de acontecer (contrafactual ou irreal), pois ser outra pessoa é impossível, para instaurar o valor deôntico, o que justifica o uso do futuro do pretérito. Esse tipo de recurso, a ilustração, constitui um dos modos incisivos de apresentação de argumentos, assim como fatos, exemplos, dados estatísticos. O advérbio “minimamente” e a expressão epistêmica “eu, no lugar deles” asseveram, pois, o valor de obrigação junto ao alvo.

No Gráfico 1, apresentamos o cruzamento das variáveis “posição do enunciador” e “tipo de ilocução”<sup>10</sup>.

Gráfico 1 – Cruzamento “Posição do enunciador” e “Tipo de ilocução” no discurso midiático.



Fonte: extraído do SPSS com base nas análises das autoras.

Podemos dizer que, entre essas duas variáveis, há forte associação. Em sentenças declarativas, há uma tendência de um posicionamento não inclusivo, como visto nas duas mídias em separado, o que mostra um compartilhamento de características que marcam o discurso midiático. As sentenças exortativas, por sua própria natureza, tendem, em 95% das 101 ocorrências, a um posicionamento inclusivo. Assim, independente do meio, há uma associação entre “declarativas” e “exortativas”, e posicionamentos “não inclusivo” e “inclusivo”, respectivamente. Além disso, como o tipo de posicionamento depende em parte da fonte e do alvo, podemos dizer que esse processamento se dá em paralelo com os aspectos semânticos, ao nível da operação de formulação, corroborando a ideia de que “a operação de formulação envolve três processos interligados: seleção de *frames* para os níveis Interpessoal e Representacional; a inserção de lexemas apropriados a estes *frames*; e a aplicação de operadores simbolizando distinções gramaticais requeridas na língua analisada” (HENGEVELD;

<sup>10</sup> O *qui-quadrado* é de 0,000.

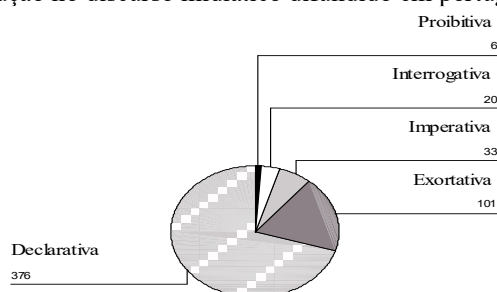
MACKENZIE, 2008, p. 2).

#### 4.2.1. Tipo de ilocução

Em Hengeveld e Mackenzie (2008), reside a tipologia linguística da Ilocução, que é o centro de um Ato Discursivo e é responsável por capturar as propriedades lexicais e formais da intenção comunicativa.

A partir dos parâmetros de análise desta variável, constatamos que, no discurso midiático analisado, há o predomínio do tipo “declarativa”, como podemos visualizar no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Tipo de ilocução no discurso midiático difundido em português (No.).



Fonte: extraído do SPSS com base nas análises das autoras.

Em 70,1% (376/536), percebemos o uso de sentenças declarativas, ocorrendo com todas as formas de expressão, marcando em geral uma obrigação, como em (5), a seguir.

(5) L2: o alargamento da tolerância zero é um processo gradual na opinião do secretário de estado da administração interna. manuel joão ramos, eh, pareceu-me que discordava.

L5: sim, eh, também já... em relação aqui peço-lhe desculpa mas discordo por uma razão, *acho que* uma... uma ideia, uma nova ideia não deve ser implementada gradualmente, **deve** ser implentada de forma... implementada de forma brutal. para que tenha efeito, de facto, **tem que** ser, eh, **tem de** ser... para... para que seja, se quiser, revolucionária, para que sirv... para que haja uma revolução, uma alteração de um... de um comportamento, de uma mudança (Rádio – Fórum TSF – Opinião)

Em (5), o falante (L5) informa ao ouvinte (L2) um conteúdo proposicional acerca da implementação gradual da “tolerância zero”. Tal declaração aparece sobremodalizada epistemicamente pelo predicado encaixador (“acho”), que revela a fonte modal do valor de obrigação instaurado pelos auxiliares “ter que/de” e “dever”.

Em segundo lugar, com 18,8%, vemos que as sentenças de caráter exortativo, que, na maioria dos casos, relacionam-se com o valor de obrigação, são frequentes no discurso midiático. Vejamos.

(6) [...] se as pessoas cumprirem realmente o código, e se se mentalizarem que **temos de** ter respeito uns pelos outros, eu estou convencido que não vai haver acidentes no ip cinco. (Rádio – Fórum TSF – Opinião)

Em (6), o falante encoraja a si mesmo e aos demais, inclusive o ouvinte, a assumir uma atitude de respeito uns pelos outros (“temos de ter respeito uns pelos outros”). Ele se apoia em valores morais (internos), para instaurar uma obrigação por meio do auxiliar modal.

As demais ilocuções contabilizam, juntas, apenas 11,1%, menos do que a exortativa sozinha. As sentenças imperativas (72,7%) e interrogativas (60%) se relacionam mais com o valor de permissão e, nos dois casos, o falante solicita permissão para fazer algo. No entanto, nesses dois tipos de ilocução, esse valor adquire distinções significativas na construção discursiva. Em ambos, há o estabelecimento de relações assimétricas, mas, quando o falante faz uso do Imperativo, se coloca com um pouco mais de “poder” do que quando faz uso da Interrogativa. Comparemos as ocorrências (7) e (8), a seguir.

(7) L2: senhor doutor, não, então já agora **deixe**-me falar nisso por causa de uma história curiosa.

L1: não. (Rádio – Livre e Direto – Desporto)

(8) L7: [...] simplesmente e p... ele sabe, ele sabe muito bem... a simpatia que eu tenho pelo boavista, e a amizade que me liga ao boavista, agora eu não posso perante dois de... dois lances destes em que para mim...

L3: amigos é amigos, negócios à parte!

L7: **posso** continuar? (Televisão – Os Donos da Bola – Desporto)

Nas sentenças do tipo “imperativo”, prevalecem os verbos plenos. Segundo Silva (1999), o verbo “deixar” pode ter três sentidos: (i) “não impedir”, (ii) “permitir, consentir, autorizar”, (iii) “não mais impedir”. Em (7), “deixar” apresenta uso permissivo, sendo usado

performativamente<sup>11</sup>, para agir interpessoalmente sobre o outro. L1, entretanto, não reconhece a autoridade de L2 e “bloqueia” a ação pretendida.

Já nas sentenças “interrogativas”, predominam os auxiliares, como “poder”, o que Palmer (1986) chama de “pedido deôntico”, ou seja, funcionam pragmaticamente como pedidos. Em (8), L7 pergunta sobre a possibilidade (deôntica) para continuar a realizar a ação anterior, que foi interrompida por L3, com a introdução da expressão idiomática “amigos é amigos, negócios à parte”, num tom irônico, marcado pela exclamação.

Segundo Verstraete (2001), ao fazer uma pergunta, o falante estabelece uma relação assimétrica de conhecimento, o que poderia ser visto como “performatividade interativa”. Mas também há o estabelecimento do que o autor chama de “performatividade modal”, somente possível em casos de modalidade subjetiva, pois haveria uma mudança de posição em relação ao comprometimento do conteúdo proposicional. Desse modo, parece-nos que não é possível essa separação entre “performatividade interativa” e “performatividade modal”<sup>12</sup>, pois elas ocorrem simultaneamente quando se faz uso das interrogativas e as imperativas com modalizadores deônticos. Isso mostra que ilocuções refletem as intenções comunicativas e marcam as relações sociais entre a fonte e o alvo deônticos.

### **4.3. Aspectos semânticos da modalidade deôntica no discurso midiático**

#### **4.3.1 Macrovalores deônticos**

Os valores deônticos podem ser instaurados diretamente (polaridade positiva) ou indiretamente (polaridade negativa). Ao observarmos as relações que se estabelecem entre modalidade e polaridade, parece-nos pertinente primeiramente descrever e analisar os usos do que nomeamos “macrovalores”, a saber: obrigação, permissão e proibição, a fim de verificar quais desses valores se instanciam mais recorrentemente no discurso midiático em português europeu.

A obrigação aparece em mais da metade das ocorrências, mais exatamente em 55,8% (299/536) do total. Essa alta frequência de uso do valor de obrigação também foi constatada em outros estudos sobre a modalidade deôntica. Leite (2002), ao analisar os modalizadores

---

<sup>11</sup> Segundo Silva (1999), do ponto de vista etimológico e do desenvolvimento semântico, ‘permitir’ e ‘deixar’ estão relacionados, pois “permitir” significava “largar, soltar, deixar ir”, a partir de uma acepção metonímica de espaço, do mesmo modo que o verbo “laxare”, étimo de “deixar”.

<sup>12</sup> A distinção entre essas “performatividades” é usada pelo autor, para fazer a distinção entre usos subjetivos e objetivos da modalidade.

deônticos no discurso jurídico, percebeu que, em 54% das ocorrências, a obrigação se fez presente. No que tange ao discurso político, Menezes (2006) verificou esse valor deôntico se instanciar em 80% do total das ocorrências. Pessoa (2007) constatou essa preferência pelo valor de obrigação em 68% das ocorrências encontradas, porcentagem próxima à identificada por Lopes (2009), que tratou dos modalizadores deônticos usados em aulas de inglês ministradas em português.

Na maioria dos casos do nosso *corpus*, o valor de obrigação foi instaurado por auxiliares modais, especialmente por “ter que/de”, como em (9), a seguir.

(9) L2: sei que do ponto de vista social **tem que** haver um limite qualquer, quer dizer, **tem que** haver uma regra, e a regra **tem que** estabelecer um limite, e o limite é convencional, quer dizer tem uma margem de manobra... (Televisão – Maria Elisa – Opinião)

Em (9), o auxiliar instaura uma obrigação, em cada uma das três ocorrências e é usado na construção da progressão do texto, pois, segundo o falante, a sociedade estabelece uma regra, e esta estabelece um limite para o que se considera como adulto ou criança, no que tange a questões de pedofilia. O falante enfatiza o valor instaurado pelo uso do mesmo auxiliar “ter que/de”, um dos mais incisivos meios de instauração desse valor, ainda quando procede à reformulação do que já havia dito no primeiro uso desse auxiliar.

A permissão, por sua vez, aparece como o segundo valor mais frequente, sendo usado em 28,4% (152/536) das ocorrências, como em (10):

(10) L2: (...) criação, a possibilidade de que ter as secções de interesse, isto é, uma delegação, eh, da diplomacia portuguesa numa embaixada estrangeira em jacarta, e vice-versa também cá, é importante para a gente começar também a conhecer-se um pouco melhor...

L3: hum.

L2: e ter até mais informação, **permita-me** que se lhe diga.

L3: hum.

L2: e portanto estamos naturalmente perante um processo que ainda é longo, que não vale a pena deitar foguetes sobre ele (Rádio – Especial Entrevista – Economia)

Em (10), o falante faz uso de um verbo pleno, como “permitir”, para solicitar uma permissão para a execução da ação proposta (“Permita-me que se lhe diga”). Esse uso performativo funciona como uma expressão formulaica de cortesia, em casos em que o falante



pode ofender a face do interlocutor. Além disso, mostra o seu ponto-de-vista como uma alternativa sobre o conteúdo anterior (ter mais informação).

A proibição foi identificada em 15,9% (85/536) dos casos, como em (11), em que o falante refere-se a uma possível proibição, instaurada por um verbo pleno.

(11) a tolerância zero acho justo sim senhora, acho justo essa fiscalização, mas toda a gente já conhece os carros, nós pesados, eh, com umas estações umas com as outras através daqueles radiozinhos que a gente tem (...), mas isso até é bom porque às vezes facilita as ultrapassagens, (...) e toda a gente vem proibir isso, não é, porque isso importa-se para o nosso país mas depois **vão proibir** a utilização. é os radiozinhos cds não é, porque a gente, “eh pá, houve um acidente e tal, tu tem calma agora aí” e a gente abranda. (Rádio – Fórum TSF – Opinião)

Provavelmente a maior frequência de uso de permissão em relação à proibição seja explicada por questões de ordem cognitiva<sup>13</sup>, já que aquela é vista como “retirada de uma barreira potencialmente presente”, seja física ou social; enquanto a proibição é, de algum modo, a colocação de barreiras. Do ponto de vista sociocultural, a instauração de permissões em lugar de proibições pode, então, ser vista como uma estratégia de polidez, de modo a preservar as faces.

Em relação ao meio de difusão, visto como um elemento contextual, mais especificamente, situacional, a distinção dos macrovalores está na porcentagem de uso entre eles, pois, na mídia radiofônica, os valores de obrigação e proibição são percentualmente mais altos que na mídia televisiva; enquanto que a permissão apresentou menor percentagem. Acreditamos que essa diferença pode estar relacionada ao fato de que o falante dispõe dos recursos gestuais, por meio da imagem, e paralinguísticos (entonação), que podem minimizar o uso dos valores de obrigação e de proibição instaurados ou mitigá-los quando o meio de difusão é a televisão, o que não ocorre no rádio. Além disso, na televisão, há a exposição direta dos participantes, o que pode inibir o uso de valores mais incisivos, como a obrigação.

---

<sup>13</sup> Cf. Silva (1999), Sweetser (1990).

### 4.3.2. Fonte deôntica

Nos estudos sobre a modalidade deôntica<sup>14</sup>, as noções de “fonte” e “alvo”<sup>15</sup> são elementos que interagem para a interpretação de enunciados deonticamente modalizados. Assim, como já havíamos estabelecido, a análise da fonte deôntica no discurso midiático foi feita tendo em vista cinco tipos.

A Tabela 4 apresenta a frequência de uso de cada tipo de fonte, bem como o percentual que ela representa no conjunto do *corpus*, independentemente do meio de difusão. A identificação da fonte deôntica, em muitos casos, é de difícil apreensão, pois envolve o contexto discursivo como um todo, conforme explica Sweetser (1990), ao dizer que a identificação da fonte depende de fatores pragmáticos, que incluem todos os nossos conhecimentos sobre a modalidade em questão.

Tabela 2 – Tipo de fonte deôntica no discurso midiático.

	Frequência	%
inexistente	16	3,0
não-especificado	21	3,9
indivíduo	24	4,5
instituição	110	20,5
enunciador	365	68,1
Total	536	100,0

Fonte: extraída do SPSS com base nas análises das autoras.

Percebemos que, em 68,1% dos casos, a fonte é o “enunciador”, ou seja, o falante, seja ele o entrevistado ou o entrevistador. Em alguns casos, a determinação dessa fonte se fez por meio de marcações formais na introjeção do falante na modalização do enunciado, ou seja, por meio de elementos linguísticos egodêuticos, que marcam a subjetividade do falante.<sup>16</sup>

As ocorrências (12) e (13) ilustram a marcação explícita da subjetividade do falante.

(12) que temos aqui... uma... um apoio forte, e portanto *eu acho que não devemos*, eh, fazer um finca-pé dessa ausência porque acho que é uma ausência-presença.

<sup>14</sup> Lyons (1977), Verstraete (2001, 2004, 2005), Menezes (2006), Leite (2002), Pessoa (2007), Lopes (2009), .

<sup>15</sup> Para Verstraete (2005), a distinção entre os três tradicionais subtipos de modalidade pode ser mapeada a partir das noções de fonte modal (*modal source*) e agente modal (*modal agent*), o qual Lyons (1977) chama de “alvo”. Assim, a modalidade epistêmica tem uma fonte modal, mas não um agente, a modalidade deôntica tem fonte e agente, e a modalidade dinâmica tem um agente modal, mas não tem a fonte.

<sup>16</sup> A subjetividade é considerada por Nuyts (2001) uma dimensão evidencial, que não é inerente à modalidade epistêmica. Essa dimensão é definida em termos de se a evidência está somente disponível ao falante ou é amplamente conhecida.

(Rádio - Especial Entrevista - Economia)

(13) recentemente, e... e... e *eu penso que* o legislador português compreendeu finalmente, eh, que, eh, o estado, a... a... a coisa pública **devia** ter uma intervenção muito maior, dentro da privacidade (Televisão - Maria Elisa – Opinião)

Em ambas as ocorrências, percebemos o uso, em primeira pessoa, de predicados de crença ou opinião (“achar”, “pensar”), o que nos mostra que a fonte dos valores instaurados (proibição e obrigação, respectivamente) é o enunciador. Tais predicados, segundo Nuyts (2001), expressam, sistematicamente, a subjetividade. Eles expressam, portanto, a opinião pessoal do falante, o que fornece, ao ouvinte, a possibilidade de reação.

Em outros casos, o contexto (situacional ou cotexto) é que nos mostra que a modalização parte do falante, ainda que de modo implícito, como em (14), a seguir.

(14) L17: eu acho que não, que, quer dizer, ele donteri... não tinha nada que lá ir mexer, mas também podiam... podiam pôr outro tipo de armadilha e não uma arma de fogo.

L1: é também a sua *opinião*?

L18: sim, eu julgo que sim, portanto, a pessoa **deve**, eh, proteger os seus bens, mas julgo que uma arma de fogo é um bocado... exagerado, sei lá, tipo um... outro tipo de armadilha mais simples em que o indivíduo por exemplo ficasse... lá retido, pronto, eh, qualquer coisa assim... e que... (Televisão – Casos de Polícia – Opinião)

Em (14), o modal “dever” não aparece atrelado diretamente a uma marca de subjetividade. Ainda que apareçam o predicado “julgar” em primeira pessoa (“eu julgo”) e o substantivo “opinião”, essas marcas de modalização epistêmica se relacionam ao questionamento feito por L1, no turno anterior (“é também sua opinião?”). Após responder afirmativamente tal questionamento, o falante enuncia: “a pessoa **deve**, eh, proteger os seus bens”, modalizando-o apenas deonticamente, sem uma marca explícita da dimensão de sua subjetividade. Entretanto, ao analisarmos o contexto geral, que é o de um programa televisivo em que se trocam opiniões sobre temas polêmicos para a sociedade, percebemos que a instauração da obrigação parte do próprio falante, o que significa dizer que a fonte é o enunciador. Desse modo, quando o falante se coloca como a fonte deôntica, ele usa os modalizadores de modo performativo.

Quando o falante deseja conferir efeitos de objetividade (distanciamento, isenção), ele faz uso de outras fontes, que, a depender do tipo, produzem maior ou menor grau desse efeito. São os casos em que a fonte se refere a uma terceira pessoa, como uma instituição, um

indivíduo, ou quando não é especificada. Nesses casos, a frequência de uso chega a 155 ocorrências, o que representa 28,9% do total.

As ocorrências (15) e (16) ilustram a fonte do tipo “instituição”.

(15) o médico quando me vê a mim como doente **está obrigado** a prestar-me os melhores cuidados que a ciência médica actualmente tem, e *esta é uma obrigação jurídica* e se ele não a cumprir eu posso-lhe pôr um processo no tribunal, pedir uma indenização civil (Rádio - Nós e os Outros – Opinião)

(16) *uma associação de doentes prescrever regras...* de determinada intervenção médica, se disser assim, "os doentes da... da nossa doença, da doença que nós (...) **devem** ser vistos de três em três dias, **devem** ser vistos uma vez por semana", compreende, quer (Rádio - Nós e os Outros – Opinião)

Em (15) e (16), o falante indica como fonte uma instituição, como leis ou normas, por meio das expressões nominais “obrigação jurídica” e “uma associação de doentes”, cabendo, no primeiro caso, inclusive, uma sanção, que é o pagamento de uma indenização por vias de um processo no Tribunal.

A indicação de fonte externa ao falante também ocorre em (17), nesse caso, como um indivíduo, referido em terceira pessoa.

(17) L34: por isso como disse *a investigadora fátima nunes*, para compreender antónio gedeão é **preciso** ter a cultura científica de rómulo de carvalho. tudo sintetizado na mesma pessoa, celebrada no dia da ciência. (Televisão – Acontece – Cultura)

Como podemos perceber, nesse caso, o falante reporta-se a um “indivíduo”, como fonte instauradora de um valor deôntico, numa enunciação dentro de outra, o que confere seu afastamento em relação ao valor deôntico instaurado. Percebemos o uso da expressão “como disse a investigadora Fátima Nunes”, que indica que o enunciado subsequente é um discurso relatado de outro, ou seja, houve *uma modalização em discurso segundo* ou *uma marcação da evidência da informação*.

Em (18), a seguir, não é possível identificar a fonte que instaura a obrigação de “arbitrar”. Há somente a indicação do alvo deôntico (“as instâncias”). É certo que deve haver algum documento que rege as operações comerciais, mas o falante não o menciona, pois o que parece mais importante é a decisão a que se chega. Vejamos.

(18) nós julgamos saber que a tap está, de acordo com estes dados, a vender abaixo do preço que o de custo e está a perder dinheiro, portanto. mas, o nosso problema não é a nossa afirmação, o nosso problema é que nós dirigimo-nos às instâncias que **devem** arbitrar, e aguardamos essa decisão. agora, não podemos aguardar eternamente. e daí, e daí, depois de um período... de espera que entendemos razoável, (Televisão – Dinheiro Vivo – Economia)

Em casos em que a fonte deôntica é uma terceira pessoa, apresentada em discurso direto, se cria um efeito de autenticidade das falas, o que confere um caráter ainda maior de objetividade e legitimidade ao discurso.

Em apenas 3,0% dos casos, percebemos o tipo de fonte deôntica “inexistente”, como ilustrado na ocorrência a seguir.

(19) L2: os ri... os riscos que se correm com um curandeiro... também se corre com o médico.

L1: acha que é exactamente a mesma coisa?

L2: às vezes pode ser pior. pode ser igual, melhor ou pior. há médicos, eh, que são conscientes... e sérios... e atentos, e poderá não haver. como aí há em qualquer profissão, eh, só que os médicos são os que passam atestado de óbito. eh, morreu e passam atestado eles, ninguém sabe m... de que morreu, eh, podem dizer que foi uma coisa e ser outra. e quantos, eh, e dizem por aí (...) da minha terra, e não estou a defender ninguém mas, eh, dizem que os segredos médicos são muito grande, fica enterrado, ninguém sabe. enterrado porque, morreu, eh, **teve que** fa... morreu **tinha que** morrer. (...) (Televisão – Casos de Polícia – Opinião)

Em (19), nem o falante, nem uma terceira pessoa podem ser identificados como fonte deôntica. Nessas ocorrências, o que se expressa é a existência de alguma necessidade (física), sem o comprometimento do falante ou de qualquer outra fonte. Além disso, as condições que impõem essa necessidade são externas ao falante e alheias à sua vontade. Nos casos em que uma fonte não pode ser identificada, a modalidade deôntica é vista como “inerente” por Verstraete (2004), e se assemelha ao domínio de modalidade “dinâmica” (PALMER, 1986) ou “facultativa” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

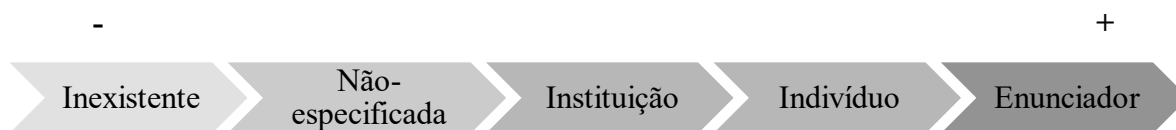
As relações estabelecidas entre o falante, responsável pela construção dos enunciados, e a fonte deôntica, elemento responsável pela instauração dos valores deônticos, poderiam ser esquematizadas do seguinte modo:

- (1) F: E<sub>1</sub> (C), para fonte “Enunciador”  
 (2) F: E<sub>1</sub> [E<sub>2</sub> (C)], para outras fontes, como “instituição”, “indivíduo” e “não especificada”

O falante, ao construir seu enunciado, “cria” um enunciador (E) que informa sobre um determinado conteúdo. Se E pode ser identificado com o falante (E<sub>1</sub>) e, conseqüentemente, com a fonte deôntica, então temos uma fonte “enunciador”, como nos mostra o esquema (1). Por outro lado, se E se refere a outra instância que não é o próprio falante, ou seja, faz referência a um enunciador 2 - (E<sub>2</sub>), então temos uma fonte dos tipos “instituição”, “indivíduo” ou “não especificada”, como nos mostra o esquema (2).

Tendo em vista o que foi discutido até aqui, apresentamos a seguir uma escala de comprometimento do falante, formulada com base nos tipos de fonte. Vale mencionar que essa escala, construída a partir da análise da modalidade deôntica na construção do discurso midiático, poderia ser estendida à interpretação de efeitos de sentido obtidos por essa variável em outras instâncias discursivas.

Figura 2 – Escala de comprometimento do falante com a desejabilidade da ação.



Fonte: elaborada pelas autoras.

Em termos de frequência, cumpre dizer que o tipo de fonte “indivíduo” foi menos frequente do que o tipo “instituição” no discurso midiático, o que serve como um modo de objetivar o conteúdo veiculado e dar mais credibilidade ao que está sendo dito, uma vez que a fonte da informação é vista como uma “autoridade”. A opção mais recorrente pelo tipo de fonte “instituição” do que pela fonte do tipo “indivíduo” pode também estar relacionada ao fato de que esse tipo de discurso pretende mostrar-se como objetivo, construindo-se uma imagem de distanciamento e isenção.

Os extremos da escala são: do lado esquerdo, em que há menor comprometimento do falante com o valor deôntico instaurado, a fonte “inexistente”; e, do lado direito, com o máximo grau de comprometimento, encontra-se a fonte “enunciador”. Vale ressaltar que, em alguns casos, ainda que não haja a indicação explícita da fonte como sendo o enunciador, como ocorre nos casos de sobremodalização, podemos perceber que é o enunciador a fonte dos valores,

quando, por exemplo, o ouvinte pergunta sobre a opinião do outro. Entre os extremos, aparecem, do menor para maior comprometimento, a fonte “não-especificada”, pois, ainda que haja uma fonte, o falante não a explicita. A fonte “instituição”, e a fonte “indivíduo”, que, embora definidas, distinguem-se pelo fato de que se atenua o efeito de *intersubjetividade* na referência a uma instituição em lugar de um indivíduo, já que, neste caso, faz-se referência à subjetividade do outro, e não a normas institucionalizadas.

### 4.3.3. Alvo deôntico

O alvo deôntico, também conhecido como “agente modal”, é uma noção semântica importante para a caracterização da modalidade deôntica, e para a construção da argumentatividade. Segundo Verstraete (2005), a disposição do agente modal marca, inclusive, a diferença entre os valores de permissão e obrigação, constituindo-se um elemento de orientação argumentativa na construção discursiva, pois diz respeito à pressuposição da atitude do agente sobre a realização da ação.

Em nossa análise, a subdivisão proposta nos permite visualizar a diversidade de alvos deônticos e os efeitos de sentido pretendidos. No discurso midiático, constatamos, então, o predomínio de um alvo “terceiro-ausente”, como podemos ver na Tabela 3.

Tabela 3 – Tipo de alvo deôntico no discurso midiático.

	Frequência	%
coenunciador	31	5,8
enunciador	69	12,9
indivíduo - terceira pessoa	89	16,6
domínio comum	92	17,2
instituição	124	23,1
terceiro-ausente	131	24,4
Total	536	100,0

Fonte: extraída do SPSS com base nas análises das autoras.

O alvo “terceiro-ausente”, mais frequente na manifestação da modalidade deôntica no discurso midiático, ocorre em 24,4% do total, como em (20), a seguir.

(20) este álbum, que aliás pod... os discos são vendidos separadamente, é que já não é uma quest... mesmo em termos de cultura geral *acho que é preciso* conhecer esta edição... (Televisão – Acontece – Cultura)

Em (20), o falante, tido como a fonte deôntica, faz uso de um adjetivo em posição predicativa para instaurar uma obrigação, fornecendo a ela um caráter geral. Mas, nesse caso, não há a explicitação do alvo deôntico, o agente modal, o que nos leva a dizer que o alvo é um “terceiro-ausente”. Em geral, percebemos que este alvo ocorre quando o modalizador deôntico aparece em: (i) orações passivas sem o agente explícito ou recuperável; (ii) adjetivo em posição predicativa<sup>17</sup>; (iii) auxiliar modal sem indicação de um alvo, que ocupa em geral a função de sujeito, em que não é possível recuperá-lo; (iv) verbos plenos conjugados na 3ª pessoa do singular sem sujeito. Conforme Pessoa (2007), a não-especificação do alvo constitui um recurso suasório sutil, que se presta a preservar as faces dos interlocutores, uma vez que não há o direcionamento de a quem cabe agir. Os casos de modalização deôntica sem agente modal explícito caracterizam, nos termos da GDF, uma orientação para o evento, e não para o participante.

A “instituição”, com 23,1%, foi o segundo alvo mais frequente; enquanto que os alvos dos tipos “indivíduo” e “domínio comum” revelaram frequência muito aproximada. Vejamos algumas ocorrências.

(21) L2: era... sabia de tudo... era um homem com uma vida riquíssima, não é, uma experiência de vida riquíssima e transmitia isso nas aulas, e *penso que* isso é extremamente importante num professor. um professor univer... e... e fundamentalmente *um professor universitário não deve* ser um repetidor de manuais, os manuais estão lá em casa para as pessoas lerem, aliás eu penso que a condição do estudante universitário já não é de repetir os manuais...

L1: pois, *o professor deve* ser um criador, não é...

L2: *o professor deve* ser um criador, exactamente... (Televisão - Conversas Secretas – Cultura)

(22) *se as pessoas* cumprirem realmente o código, e se se mentalizarem que **temos de** ter respeito uns pelos outros, eu estou convencido que não vai haver acidentes no ip cinco. (Rádio - Fórum TSF – Opinião)

Em (21), há uma referência a um indivíduo, ainda que caracterizado por sua classe (“um professor”/“o professor”), como alvo do valor de obrigação instaurado pelo modal “dever”. Em (22), percebemos o uso da primeira pessoa do plural na conjugação do auxiliar modal. Neste caso, a obrigação é instaurada não só sobre o falante (enunciador), mas sobre o ouvinte (coenunciador) e todos os demais que compõem a nação, o que produz um efeito generalizante

<sup>17</sup> A unipessoalização confere ao enunciado um caráter geral, consensual (NEVES, 2006).



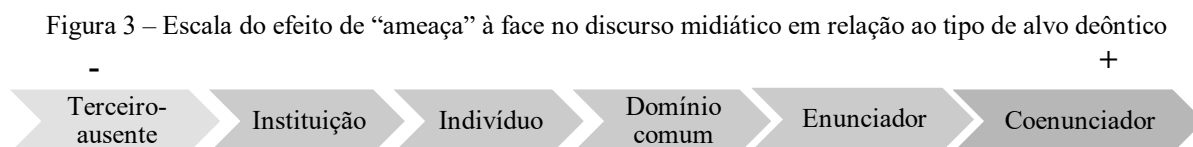
na atribuição do alvo deôntico. Tal interpretação é corroborada pelo uso do nome genérico em “as pessoas”, na oração anterior, o que implica um tipo de alvo que analisamos como “domínio comum”.

O alvo “coenunciador” aparece em apenas 5,8% dos casos, como em (24), a seguir.

(23) se o negócio lhe interessa saiba que para abrir uma loja postnet... **precisa de** fazer um investimento de doze a quinze mil contos... e de um espaço comercial entre os setenta e os cem metros quadrados. (Televisão - Dinheiro Vivo – Economia)

Parece-nos que essa baixa frequência do coenunciador como alvo deôntico se deve ao fato de que os temas versam, em geral, sobre situações, pessoas, comportamentos em sociedade. Esse tipo de alvo ocorre, em geral, em relação ao ouvinte imediato da interação, ou seja, os participantes das entrevistas, mas podem ocorrer para referir-se à audiência (rádio-ouvintes ou telespectadores), como é o caso de (23), em que percebemos o uso do modal “precisar”, para prender a atenção dos telespectadores.

Tendo em vista a análise dos tipos de alvo e os efeitos de sentido produzidos na interação verbal no discurso midiático, apresentamos a seguinte proposta de escala crescente do efeito de “ameaça” à face dos tipos de alvo dos valores deônticos instaurados:



Fonte: elaborada pelas autoras.

Essa escala foi formulada tendo em vista o grau de especificação do alvo e a relação dos participantes com o dito alvo. Assim, um alvo do tipo “terceiro-ausente”, por não ser especificado, seria o que representaria menor ameaça à face dos participantes, enquanto que o alvo do tipo “coenunciador” representaria a maior ameaça, uma vez que eles estão presentes em uma conversação face-a-face. Entre os extremos, temos, da esquerda para a direita, o alvo do tipo “instituição”, que nem é o falante nem o ouvinte. A seguir, o alvo do tipo “indivíduo de terceira pessoa”, que parece “menos pacífica” do que uma referência a uma instituição como sendo o alvo dos valores instaurados. O tipo “domínio comum”, por incluir, ainda que indiretamente, o falante, apareceria imediatamente antes do alvo “enunciador”. Mesmo

exibindo uma relação empiricamente observável entre os efeitos de sentido obtidos e as formas de atribuição de alvos deônticos, é preciso analisar cada contexto, pois o falante pode, por exemplo, atribuir, indiretamente, uma obrigação ao coenunciador, fazendo uma referência à instituição a que ele pertença como alvo dessa obrigação. De qualquer forma, trata-se de um recurso de atenuação de um possível confronto entre os participantes da interação, isto é, de uma mitigação da ameaça à face do interlocutor.

No tocante à relação entre fonte, alvo e valor deôntico no discurso midiático, parece haver uma tendência de uso que pode ser descrita nos seguintes termos:

- a) para o valor de obrigação, há uma frequência maior de ocorrência da fonte “enunciador” com alvo “terceiro-ausente”;
- b) para o valor de permissão, há uma frequência maior de ocorrência da fonte “enunciador” com alvo “coenunciador”;
- c) para o valor de proibição, há uma frequência maior de ocorrência da fonte “enunciador” com alvo “domínio-comum”.

#### **4.4. Aspectos morfossintáticos da modalidade deôntica no discurso midiático**

Em relação aos aspectos morfossintáticos da codificação linguística, eles concernem à estrutura de sentenças, cláusulas, sintagmas e palavras. Segundo a GDF, a modalidade deôntica pode ser expressa por meio de operadores e modificadores no Nível Representacional. As modalidades orientadas para o participante seriam expressas por meio de operadores e modificadores da camada das Propriedades Configuracionais (f), isto é, atuam internamente ao Estado-de-coisas; já as modalidades orientadas para o evento são expressas por operadores e modificadores que atuam na camada do Estado-de-Coisas (e). Nesta seção, trataremos das diferentes formas de expressão da modalidade deôntica, o que implica observar a estruturação das cláusulas a partir de palavras, como verbos modais, advérbios, adjetivos, e de algumas construções de valor modalizador.

##### **4.4.1. Formas de expressão da categoria**

Para a análise da expressão linguística da modalidade deôntica em português, na variedade europeia, estabelecemos seis formas de expressão, as quais tiveram uso efetivo, apesar da baixa frequência de alguns itens, como os advérbios e as construções modalizadoras, como podemos ver na Tabela 4.

Tabela 4 – Formas de expressão da modalidade deôntica do discurso midiático.

	Frequência	%
advérbio	2	,4
construções modalizadoras	7	1,3
substantivo	28	5,2
adjetivo	46	8,6
verbo	47	8,8
auxiliar modal	406	75,7
<b>Total</b>	<b>536</b>	<b>100,0</b>

Fonte: extraída do SPSS com base nas análises das autoras.

Os auxiliares modais são, como vemos na Tabela 4, os meios mais usados para a instauração da modalidade deôntica no discurso midiático do português europeu, correspondendo à mais de 75% das ocorrências, conforme os exemplos (1, 3, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 16, 18, 21 e 22). É certo que, em várias línguas, esse parece ser o meio de expressão mais utilizado. Entretanto, em coreano, segundo Wymann (1996), o meio mais básico de codificar uma necessidade ou uma possibilidade deôntica é usar um item lexical livre ou, em alguns casos, um elemento nominal. Dentre os meios menos usuais, entre os identificados na amostra do REDIP 2, estão os advérbios, as construções modalizadoras e os substantivos. Quanto aos adjetivos (exemplos 2, 15, 17 e 20) e aos verbos (exemplos 7, 10 e 11), eles apresentam uma frequência aproximada.

Apesar de todos os meios se prestarem, em mais de 68% dos casos, a um posicionamento não inclusivo do enunciador em relação ao alvo deôntico, vale mencionar que tanto os advérbios quando as construções modalizadoras se prestam categoricamente a um posicionamento não inclusivo. Para instauração de um posicionamento inclusivo, destacaram-se, entre as formas de expressão, os auxiliares modais, em 95,5% dos 134 casos de inclusão. Entretanto, os auxiliares se prestam mais a instauração de um posicionamento não inclusivo, já que, em 68,5% dos 406 casos, esses meios estão associados à não inclusão do enunciador como parte do alvo deôntico.

De todas as ilocução, somente as declarativas apresentaram todas as formas de expressão identificadas, das quais se destaca o auxiliar modal, com 71,3% (286/376). Esse meio de expressão, percentualmente, fez-se mais presente em todas as ilocução, exceto nas imperativas, em que predominou a forma “verbo”.

Apesar de os auxiliares instaurarem, majoritariamente, todos os macrovalores modais, em mais de 73% dos casos, eles se relacionam sobremaneira à obrigação, o que corresponde a 54,2% (220/406). Com exceção dos verbos, que instauram mais permissões (28/47), todas as demais formas instauram, com mais frequência, a obrigação, o que mostra que esse valor é o

prototípico da categoria. Vale mencionar que a proibição não é instaurada diretamente por auxiliares, mas por meio da “negação da permissão” e da “obrigação de não”, o que significa dizer que, ao usar auxiliares modais para instauração de proibição, tal valor é obtido indiretamente pela adição da marca de negação, polaridade negativa, aos auxiliares, principalmente nos que indicam possibilidade deôntica.

No tocante à relação entre fonte deôntica e forma de expressão, constatamos que o auxiliar modal é o recurso mais usado quando a fonte é o “enunciador”, cuja frequência de uso é maior entre os tipos de fontes estabelecidos. Também entre as ocorrências do tipo de alvo mais frequente, o terceiro-ausente, o auxiliar modal é o percentualmente mais usado.

Na tentativa de verificar as relações entre fonte, alvo e formas de expressão, procedemos ao cruzamento destas variáveis<sup>18</sup>, e obtivemos o seguinte resultado:

a) quando a fonte é do tipo “enunciador” e o alvo é do tipo “instituição”, a forma de expressão mais usual é o “auxiliar modal”;

b) quando a fonte é do tipo “enunciador” e o alvo é do tipo “coenunciador” (ouvinte), a forma mais frequente é o “verbo pleno”;

c) quando a fonte é do tipo “enunciador” e o alvo é do tipo “terceiro-ausente”, usa-se um “adjetivo”, geralmente, em posição predicativa;

d) quando a fonte é do tipo “enunciador” e instaura um valor deôntico sobre um alvo do tipo “indivíduo”, usa-se, em geral, um “substantivo”.

A combinação de fonte “indivíduo” com o alvo “instituição” mostrou-se a mais propícia para o uso de construções modalizadoras. O advérbio apresentou igual frequência para as combinações em que o alvo, em ambas as fontes, é uma “instituição”, independentemente desta.

## 5. Considerações finais

A análise aqui empreendida da manifestação da modalidade deôntica no discurso midiático do português europeu nos permitiu estabelecer algumas relações entre os aspectos contextuais, pragmáticos, semânticos e morfossintáticos a ela associados, o que confirma as sobredeterminações, nessa ordem descendente, entre os componentes e níveis previstos no modelo teórico da GDF. Essas relações, aqui estatisticamente observadas e intuitivamente

---

<sup>18</sup> Para os auxiliares modais e verbos, o teste deu 0,000. Para as demais formas, parece não apresentar relação direta de uso entre as três variáveis.

interpretadas, sugerem o estudo dessa categoria modal em outras instâncias discursivas para identificação de (in)variâncias a ela relacionadas .

Pareceu-nos extremamente útil observar que meios linguísticos se prestam à expressão da modalidade deôntica no discurso midiático, uma vez que as escolhas por determinados modalizadores deônticos estão relacionados aos propósitos comunicativos de cada falante, tendo em vista o tema ou o meio do programa transmitido, por exemplo.

A presente pesquisa se distingue, portanto, pela preocupação em destacar o caráter mediador, instrumental da expressão linguística, evitando radicalizações tanto no sentido do sistema da língua como do uso que dele se faz. Desse modo, poderá contribuir não apenas para as discussões sobre tal categoria nas reflexões teóricas sobre o tema modalidade, oferecendo-lhes evidência empírica mediante a análise de dados, como também para o entendimento de como se caracteriza o discurso midiático em dois meios distintos: rádio e televisão.

### Referências Bibliográficas

BASTOS, S. D. G. *et al.* The expressibility of modality in representational complement clause in Brazilian Portuguese. **Alfa**, São Paulo, v.51, n.2, p.189-212. 2007.

CARDOSO, G; CASTELLS, M. **A sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2006.

DIK, C. S. **The Theory of Functional Grammar**. Vol. 1. Ed by Hengeveld (Kees) Berlin/ New York: Mounton de Gruyter, 1997.

GUY, G.R.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HEINE, B. Agent-oriented vs. Epistemic modality. Some observations on German modals. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Org.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 17-53.  
<https://doi.org/10.1075/tsl.32.03hei>

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.  
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199278107.001.0001>

KOCH, I. V. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEITE, A. M. P. C. **A modalização deôntica no discurso jurídico**. 2002. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Universidade Estadual Paulista. São José do Rio Preto, 2002.

LOPES, M. F. V. **A modalidade deôntica na aula de inglês ministrada em português**. 2009. 263f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

LYONS, J. **Semantics**. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MENEZES, L. C. **A Modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

NEVES, M. H. M. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NOGUEIRA, M. T. Modalidade e argumentação. In: NOGUEIRA, M.T.; LOPES, M.F.V. (Org.). **Modo e modalidade: gramática, discurso e interação**. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2011, p. 59-76.

NUYTS, J. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. **Journal of Pragmatics**, v. 33, p. 383–400. 2001. [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(00\)00009-6](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(00)00009-6)

ORLANDI, E. P. O discurso pedagógico. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1996.

PALMER, F. R. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PESSOA, N. P. **Modalidade deôntica e persuasão no discurso publicitário**. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

PESSOA-PRATA, N. P. Modalidade deôntica da mídia radiofônica: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional. **Revista do GELNE**, Natal/RN, v. 14, n. especial, p. 215-239, 2012 (2013). Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9391/6745>. Acesso: 22 dez. 2016.

PRADO, E. **Estrutura da informação radiofônica**. Tradução: Marco Antônio de Carvalho. Vol. 31. São Paulo: Summus, 1989.

RAMILO, M. C; FREITAS, T. **A linguística e a linguagem dos média em Portugal: descrição do projecto REDIP**. Disponível em: <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2002-redip-redip.pdf> . Acesso em: 3 nov. 2008.

SARDINHA, T. B. **O que é um corpus representativo?** São Paulo: DIRECT Papers 44, 2000.

SILVA, A. S. Metáfora e conceitos permissivos e proibitivos. In: VILELA, M.; SILVA, F. (orgs.), **Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva**. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1999, p. 231-252.

SWEETSER, E. E. **From etymology to pragmatics**. New York: Cambridge University Press, 1990. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511620904>

VERSTRAETE, J. C. Subjective and objective modality: Interpersonal and ideational functions in the English modal auxiliary system. **Journal of Pragmatics**, v. 33, p. 1505-1528. 2001. [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(01\)00029-7](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(01)00029-7)

\_\_\_\_\_. The problem of subjective modality in the Functional Grammar model. In: GÓMES GONZÁLES, M. A.; MACKENZIE, J. L. (eds.). **A new architecture for functional grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 243-272. <https://doi.org/10.1515/9783110197112.243>

\_\_\_\_\_. Scalar quantity implicatures and the interpretation of modality: Problems in the deontic domain. **Journal of Pragmatics**, v. 37, p. 1401–1418. 2005. <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2005.02.003>

WYMANN, A. T. **The expression of modality in Korean**. 1996. Disponível em: [http://www.isw.unibe.ch/unibe/philhist/isw/content/e4229/e4357/e4536/e5028/e5031/aw\\_diss\\_ger.pdf](http://www.isw.unibe.ch/unibe/philhist/isw/content/e4229/e4357/e4536/e5028/e5031/aw_diss_ger.pdf). Acesso em: 26 de fev. 2011.

Artigo recebido em: 10.01.2017

Artigo aprovado em: 18.03.2017